



Sustentabilidade Afetiva nos Atendimentos do CREAS: As Percepções das Famílias

Affective Support in the Service of CREAS: the Perceptions of Families.

Sostenibilidad Afectiva en los Servicios del CREAS: las Percepciones de las Familias.

Kathia Regina Galdino de Godoy

Sonia Regina Vargas Mansano

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR., Brasil

Resumo

A Política de Assistência Social mantém a centralidade de suas intervenções na instituição familiar a fim de fortalecer a garantia de direitos à população em situação de desproteção social. Atento a esse cenário, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar a percepção das famílias sobre as intervenções realizadas pelos psicólogos em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) situado em uma cidade do interior do estado do Paraná. Adotando uma perspectiva qualitativa, os seis participantes relataram a experiência desses atendimentos e seus impactos sobre a família. Como resultado, foi possível conhecer os receios e medos presentes nos primeiros contatos e como isso foi superado à medida que o vínculo afetivo era fortalecido, abrindo espaço para o relato das experiências difíceis de violência familiar. Ao final da pesquisa, foi possível compreender a relevância de construir uma sustentabilidade afetiva capaz de afirmar a vinculação e acolher as famílias.

Palavras-chave: Famílias; Sustentabilidade Afetiva; Vínculo; Psicologia; Assistência Social.

Abstract

Social Assistance Policy maintains the centrality of its interventions in the family institution in order to strengthen the guarantee of rights to the population in a situation of social unprotect. Aware of this scenario, the objective of this research was to analyze the perception of families on the interventions carried out by psychologists at a Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS) located in a city in the interior of the state of Paraná. Adopting a qualitative perspective, the six participants reported the experience of these services and their impacts on the family. As a result, it was possible to know the fears and dreads present in the first contacts and how this was overcome as the affective bond was strengthened, opening space for reporting difficult family violence experiences. At the end of the research, it was possible to understand the relevance of building an affective sustainability capable of affirming the link and welcoming the families.

Keywords: Families; Affective Sustainability; Bond; Psychology; Social Assistance.

Resumen

La Política de Asistencia Social mantiene la centralidad de sus intervenciones en la institución familiar para fortalecer la garantía de derechos a la población en situación de desprotección social. Conscientes de este escenario, el objetivo de esta investigación fue analizar la percepción de las familias sobre las intervenciones realizadas por psicólogos en un Centro de Referencia Especializado en Asistencia Social (CREAS) ubicado en una ciudad del interior del estado de Paraná. Adoptando una perspectiva cualitativa, los seis participantes relataron la experiencia de estos servicios y sus impactos en la familia. Como resultado, fue posible conocer los miedos y ansiedades presentes en los primeros contactos y cómo éstos fueron superados a medida que el vínculo afectivo se reforzó, abriendo un espacio para la denuncia de experiencias difíciles de violencia familiar. Al final de la investigación, se pudo comprender la relevancia de construir una sostenibilidad afectiva capaz de afirmar el vínculo y acoger a las familias.

Palabras clave: Familias; Sostenibilidad afectiva; Vínculo; Psicología; Asistencia social.

Introdução

O advento da Constituição Federal brasileira, datado de 1988, e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde 1990, foram cruciais para legitimar a garantia dos direitos de crianças e de adolescentes que deixaram de ser responsabilidade exclusivamente da família, passando a ser incumbência também do Estado. Ambos se tornaram expressão de uma política pública de proteção social mais igualitária e universalista. Conhecida como Constituição Cidadã, esse documento constituiu um marco histórico no país e superando parcialmente as práticas de

caridade, bem-estar e ajuda, historicamente vigentes, dando maior relevância ao exercício da cidadania e à conquista de direitos voltados para inclusão social. Tal mudança de perspectiva culminou, posteriormente, em uma série de outras leis que organizaram as políticas públicas no Brasil (Cruz & Guareschi, 2012).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), consolidada em 2004, juntamente a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado em 2005, tiveram como foco a centralidade na instituição familiar. Segundo os documentos de referência elaborados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a atuação dos profissionais, incluindo os da psicologia,

visa contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009).

Os avanços na consolidação dos atendimentos à população avaliada como social e afetivamente desprotegida ganharam consistência em 2009, quando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome lançou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O documento explicita uma divisão nas atividades do SUAS em duas frentes: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A primeira tem como equipamento público o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), cujos profissionais se encontram nos territórios para ofertar atendimento à população com o intuito de prevenir situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais. Suas intervenções acontecem a partir do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já a Proteção Social Especial oferta atendimento às famílias cujos membros tenham seus direitos violados ou ameaçados por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de

medidas (Conselho Federal de Psicologia, 2012; CNAS, 2009; Romeu, Elias, & Silva, 2014). Cabe destacar que as atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. No nível de média complexidade, encontram-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) objeto de investigação deste estudo. Já a alta complexidade oferta os serviços de acolhimento.

Diante da organização geral dos serviços de assistência social bem como da atenção dirigida à instituição familiar, o presente estudo objetivou analisar a percepção das famílias no que se refere às intervenções recebidas de psicólogos no CREAS situado em uma cidade de médio porte localizada no interior do estado do Paraná. A pesquisa justificou-se pela necessidade de ampliar estudos referentes às percepções dos usuários sobre a intervenção do psicólogo, a fim de levantar subsídios para a construção de práticas profissionais mais situadas às demandas dessa população. Sua especificidade consiste em dar visibilidade às percepções das famílias, evidenciando que as mesmas são cruciais para a melhoria do serviço

prestado e para a própria formação sensível dos profissionais.

Para tanto, o estudo apresenta, primeiramente, algumas considerações históricas e teóricas sobre as famílias e sua vinculação com as instituições de assistência social, colocando em destaque as facilidades e dificuldades dessa aproximação tanto em âmbito legal quanto relacional. Em seguida, é problematizada a relação entre os usuários e os profissionais da psicologia, atentando para a relevância do vínculo afetivo nas intervenções. Para tanto, recorreremos à noção de sustentabilidade afetiva, entendida neste estudo como a abertura para acolher os afetos díspares que emergem nessa relação e que convocam seus partícipes a elaborá-los. Na parte empírica, buscou-se escutar os usuários acompanhados pelo CREAS, destacando as maneiras como eles vivenciam os atendimentos, bem como para a possibilidade de construir um vínculo com os profissionais do referido serviço. A escuta dessas experiências permitiu elucidar também os impactos de tal inserção na dinâmica familiar.

Ao final do estudo, constatou-se que a vinculação das famílias com os profissionais do CREAS e, em especial, com os profissionais da psicologia demanda a lenta e delicada construção de

vínculos que sejam suficientemente consistentes para aproximar as famílias e sensibilizar os profissionais para a relevância de sustentar afetivamente as histórias de vida familiar.

A Psicologia na Assistência Social: conhecendo a realidade das famílias acompanhadas

No campo das Políticas Públicas de Assistência Social, as intervenções da psicologia passaram por diferentes momentos que envolveram a elaboração, inserção, desconstrução e experimentação de práticas que contribuíram para o fortalecimento e profissionalização dos atendimentos prestados às famílias. Com o passar de dezessete anos da operacionalização do SUAS, o profissional de psicologia conquistou um lugar consolidado, fazendo-se presente na gestão e na composição de diferentes equipes. Para muitos profissionais, a prática nos serviços socioassistenciais foi construída no cotidiano de encontro e relação com as famílias, acompanhando as diretrizes definidas pela política de assistência, mas também entrando em contato com novas possibilidades de intervenção que eram criadas, experimentadas e colocadas em cena no cotidiano dos atendimentos. Nesse

campo multifacetado da prática do psicólogo, Pereira Junior (2014) afirma que as intervenções:

Passam a se organizar em torno de estudos, pesquisas, diagnósticos e avaliações de sua efetividade. O SUAS, a partir da atividade técnica, passa a coletar uma série de dados na perspectiva da vigilância socioassistencial, que passam a embasar as ações estratégicas do sistema como um todo (p. 135).

Se o foco dos atendimentos das políticas de assistência social está nas famílias, cabe compreender como essa instituição é concebida, acolhida e inserida nos atendimentos da área de psicologia fornecidos pelo CREAS aqui estudado. Em sua rotina de atividades, o CREAS realiza o acompanhamento de famílias com crianças e adolescentes que passaram por situações de violências e violações de direitos. São famílias marcadas por situações limítrofes que compreendem diversas formas de violência física, emocional e crimes de abuso sexual. Somadas às práticas de violência doméstica, há também as diversas situações inesperadas que são relatadas pelos usuários nos atendimentos, dentre as quais se pode elencar as violências domésticas e institucionais, resultando em

assassinatos, mortes por doenças graves e ou por causas inesperadas, gravidez na adolescência, prisão dos responsáveis provedores, crianças em situação de rua, problemas psicopatológicos como alucinações ou surtos, uso abusivo de substâncias psicoativas, para ficar apenas em alguns exemplos.

O que os profissionais da psicologia encontram, na cotidianidade dos atendimentos, são diferentes texturas de violências, exclusões e desproteções que borram as fronteiras da política de assistência social com as demais políticas governamentais. Nesse sentido, torna-se recorrente a confusão entre as atribuições do CREAS e as demais instâncias governamentais como o Ministério Público, Poder Judiciário e os Conselhos tutelares. Assim, o cotidiano de atendimentos deixa entrever que as famílias se vinculam aos profissionais do CREAS apresentando uma alternância entre a sensação de acolhimento e atenção, com as formas de controle, vigilância e coerção. Nesse sentido, são significativos os depoimentos de alguns usuários que entendem o serviço como algo voltado para destruir as famílias, desautorizar os responsáveis ou ainda contribuir para o rompimento dos vínculos familiares.

Foi nesse sentido que esta pesquisa definiu como estratégico problematizar a prática profissional nesse contexto, buscando compreender os impactos afetivos nas intervenções junto às famílias e indivíduos acompanhados. Desde a implantação do CREAS aqui estudado, em 2011, houve uma expectativa recorrente na rede de serviços, no Poder Judiciário e no Sistema de Garantia de Direitos de que as famílias seriam encaminhadas a fim de que os psicólogos atestassem a veracidade das situações de violência. Para tanto, eles deveriam elaborar laudos ou pareceres que demonstrassem a responsabilidade dos agressores e promovessem a interrupção dos ciclos de violência.

Essa expectativa, em larga medida idealizada e normativa, colocou em cena uma psicologia que adotava uma lógica individualizante que mantinha as famílias presas em um estereótipo de incapacidade e desqualificação (Donzelot, 1986). Nessa direção, parte dos profissionais da psicologia exercia um saber-poder sobre as famílias acompanhadas pelas políticas públicas que tendia a concebê-las como únicas responsáveis por problemas sociais e políticos que as atravessam (Romagnoli & Fadul, 2018). Com o passar dos anos de atuação nesse contexto, uma perspectiva crítica começou a ser delineada pelos

profissionais que questionavam o risco de cooperar para elaboração de instrumentos de fiscalização, controle e monitoramento com o intuito de que as famílias adotassem passivamente modos de vidas considerados hegemônicos vigentes.

Parte dessa tendência crítica partia do pressuposto de que as famílias são dinâmicas e permeadas por diversas vulnerabilidades. Como não há um protocolo a ser seguido nos atendimentos, isso gerava insegurança nos profissionais e confusão nas famílias sobre os papéis de cada profissional e de cada serviço prestado na rede de proteção. Buscando estabelecer uma prática situada e conectada ao contexto afetivo, social e histórico da população atendida pelo CREAS, os profissionais de psicologia aperfeiçoaram suas intervenções e, atualmente, oferecem diversas modalidades de atendimento para o acompanhamento das famílias referenciadas: visitas domiciliares, formação de grupos, atendimentos particularizados, familiares e em conjunto com outros serviços, bem como estudos interdisciplinares para compreensão mais efetiva do contexto familiar.

Outra esfera crítica que ganhou espaço na Assistência foi a análise das desigualdades presentes nas atribuições

sociais dirigidas a homens e mulheres, que têm mantido uma divisão sexual do trabalho, bem como uma simbologia cultural que restringe a atuação das mulheres à unidade familiar, doméstica e reprodutiva (Hirata & Kergoat, 2007). Nessa leitura, mais conservadora, a divisão de papéis considera que a mulher se responsabiliza por manter a unidade do grupo familiar, assumir a posição de dona de casa e ainda exercer a maternidade.

Há, entretanto, muitos limites e impasses nessa atuação que, por vezes, não permitem identificar, de maneira objetiva, quais indicadores apontam a efetividade do trabalho social com as famílias. Mesmo com essa dificuldade, alguns índices são conhecidos e utilizados na análise dos casos, como as diferentes nuances da desproteção social e da vulnerabilidade, as variações do nível de pobreza, as questões de exclusão social por motivos raciais, o desemprego, o uso de substâncias psicoativas, as violências transgeracionais e a dificuldade de acesso a direitos básicos. Analisar tais processos sob o enfoque de uma sustentabilidade afetiva implica considerar que há variações marcantes nos modos de viver e se relacionar afetivamente que não apenas diferenciam os grupos sociais em suas necessidades vitais como, em alguma medida, são

usados para naturalizar e até mesmo justificar a presença da desigualdade de direitos e de acesso. Identificar, analisar e elaborar os afetos emergentes nos encontros sociais dos grupos minoritários e excluídos abre a perspectiva de conhecer suas reais necessidades, possibilidades e desejos, como também de combater aquilo que é considerado violento, preconceituoso e excludente sob sua ótica. Caminhar na direção de uma vida afetiva sustentável nos atendimentos ofertados pela Assistência Social coloca os profissionais diante do desafio de uma aproximação sensível, delicada e atenciosa às questões singulares que atravessam cada grupo e que se revelam de difícil trato. Esse é o caso das experiências ligadas à classe, raça e gênero que geram tanto sofrimento e dor. Uma escuta sensível implica tomar em análise que cada usuário carrega consigo uma história afetiva que marcou seu corpo e que segue marcando os corpos com quem convivem.

Além desse cenário, que por si só já é delicado, soma-se o fato de que a contemporaneidade protagoniza a perda de referências de autoridade atribuídas aos agentes das instituições disciplinares e as mudanças nos padrões das famílias tradicionais. As estratégias de proteção social do Estado entram em cena quando a

família não cumpre o papel socialmente atribuído e almejado (Donzelot, 1986) pelas esferas legal e governamental, atuando por meio da via assistencial em sua interface com a justiça.

O Estado, desde longa data, apoia-se na instituição família, colocando-a como cerne da sociedade. Trata-se da menor organização grupal e política possível, responsável pelo bem-estar de seus membros, bem como por fornecer condições para mantê-la em uma posição de ordem, produtividade e obediência. Dessa forma, os agentes do Estado entram em ação quando a família sucumbe em sua função de fornecer cuidados e educação aos filhos, estar inserida no mercado de trabalho e garantir a própria sobrevivência.

Pode-se dizer, assim, que o Estado promoveu a abertura da família para a entrada de normas e regras de conduta hegemônicas, valendo-se de profissionais especializados em diversas áreas, contando com a intervenção de médicos, assistentes sociais, educadores, juízes e psicológicos. Cada um desses campos de conhecimento e intervenção atuou, no decorrer do século XX, em prol da abertura das famílias para intervenções dirigidas a vigiar, controlar e normatizar o espaço doméstico. Diz Carvalho (2008):

O exercício vital das famílias é semelhante às funções das políticas sociais: ambas visam dar conta da reprodução e da produção social dos grupos que estão sob sua tutela. Se, nas comunidades tradicionais, a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções, nas comunidades contemporâneas elas são compartilhadas com o Estado pela via das políticas públicas (p. 267).

Famílias expostas à situação de risco, vulnerabilidade social e com direitos violados, deixam de ser reconhecidas como protagonistas na educação e formação dos filhos. As instituições sociais, voltadas para funções disciplinares e de vigilância que visavam a adaptação social de seus membros mais vulneráveis (crianças e adolescentes), ganharam força, preenchendo as lacunas que a família já não se sentia mais autorizada a ocupar sozinha (Roudinesco, 2003). Vale destacar que a prevalência das intervenções do Estado destina-se a famílias em que predominam núcleos monoparentais, chefiados por mulheres, pobres, negras, moradoras de periferias e que são beneficiárias dos programas de transferência de renda como, por exemplo, o bolsa-família. Na interface com o Estado,

as famílias caminham entre o direito de proteção e a renúncia da privacidade e da autonomia (Miotto, 2010). Isso acaba por dilatar a incidência de intervenções diretas dos especialistas contratados pelo Estado para acompanhá-la. A psicologia não ficou longe dessa realidade. Em alguma medida, também coloca seus conhecimentos e práticas a serviço da vigilância e do controle das famílias. Questiona-se, então: haveria outras maneiras de atuar nesse campo tão limítrofe e multifacetado? Como estar atento à experiência das famílias em sua dimensão afetiva e singularizada? Como acolher e atuar nessa diversidade? Quais as possibilidades de construir uma sustentabilidade afetiva nos atendimentos oferecidos pelo CREAS?

O trabalho direto com as famílias coloca em cena a relevância do vínculo afetivo e da confiança. Nesse sentido, a noção de sustentabilidade afetiva (Mansano, 2020) contribui para redesenhar a relação dos usuários das políticas assistenciais com o Estado e seus profissionais. Parte-se da ideia de que os afetos experimentados nos encontros cotidianos com os usuários, bem como o contato com os modos de vida por eles inventados e colocados em circulação, implicam experiências plurais que, em alguma medida, deixam evidentes a

realidade social de desproteção social, violência, exclusão e vulnerabilidades.

Os laços e vínculos de confiança, por vezes distantes dos usuários em função das diferentes texturas de violência experimentadas, não ocorrem de modo imediato. O medo e a insegurança diante de um profissional que fala em nome do Estado podem constranger as famílias e dificultar a vinculação, condição de possibilidade para os atendimentos ofertados pela psicologia. Quando essa barreira é superada, os usuários podem se sentir reconhecidos pelo fato de terem acesso direto a um profissional de psicologia e a uma equipe de referência com quem podem contar e acionar quando necessário, desfrutando da escuta, apoio e orientação para sua família. O que se configura, então, é uma sustentabilidade afetiva capaz de abarcar as experiências múltiplas e fronteiriças trazidas pelos usuários. Tarefa nada fácil, uma vez que demanda a acolhida da diferença de valores e práticas relacionais. Para Gomes e Nery (2013) trata-se de um desafio que é colocado quando o profissional está

implicado com o que faz – o conteúdo de seu trabalho no CREAS – e com quem faz – o sujeito. Desse modo, constrói possibilidade de se tornar referência

para este sujeito, estabelecendo vínculos sugestivos de confiança, o que afirma a dimensão de continuidade e permanência que devem caracterizar os serviços prestados no CREAS (pp. 26-27).

A sustentabilidade afetiva aqui evocada remete a corpo (tanto do profissional quanto do usuário) e sua potência para afetar e para ser afetado nos encontros que experimenta. Isso provoca as seguintes questões: o que poderia sustentar afetivamente as práticas da psicologia no campo do CREAS? O corpo do trabalhador, agente do Estado, está aberto para experimentar os encontros e seus afetos díspares colocados em cena pelas famílias em situação de vulnerabilidade social? Como conectar-se afetivamente ao usuário e às diferenças que ele encarna?

Tais questões deixam entrever que nas relações cotidianas de trabalho podem ser experimentados tanto os encontros que potencializam quanto os que despotencializam famílias e profissionais. Afinal, muitas vezes “o corpo defende-se, produzindo uma espécie de endurecimento afetivo, a fim de manter à distância aquilo que o decompõe. Separado do poder de afetar e ser afetado, o sujeito fica ainda mais longe da potência” (Mansano, 2016,

p. 34). A sustentabilidade afetiva coloca em relevo, então, a possibilidade de tecer junto com o usuário das políticas um espaço em que seja possível expressar e descrever vivências difíceis e limítrofes que doem e produzem dores nos membros da família. Estamos, assim, em um campo de intervenção marcado pelos afetos (alegres e tristes) que demandam um espaço de expressão, acolhida, sustentação e elaboração. O que vemos, então, é a demanda por um exercício ao mesmo tempo micropolítico (nos âmbitos das afetações) e macropolítico (no âmbito da luta por direitos sociais). Assim, trata-se de:

Defender um trabalho vinculado, ou seja, um trabalho afetivo como articulação para o estabelecimento de relações que produzam práticas de luta por direitos, práticas não tutelares, nas quais os usuários entendem seus direitos e lutam por eles, e os técnicos entendem o seu trabalho como produção e transformação de realidades, e práticas de confiança (de com-fiar: fiar junto) (Silva, Tavares & Gomes Pereira, 2018, p. 122).

As possibilidades de sustentar afetivamente o encontro com as famílias e as diferenças que elas encarnam

configuram-se nas práticas de acolhimento da psicologia e podem ser acessadas quando são abertos espaços de escuta e elaboração conjunta das experiências. Desqualificados em diversas instâncias pela sua condição socioeconômica desfavorável, pelas recorrentes práticas de violência ou pela condição de vulnerabilidade que, em algumas situações, poderiam colocar em dúvida a relevância de suas percepções, esta pesquisa optou por inverter esse enunciado e escutar os usuários, atribuindo aos seus depoimentos um lugar de relevância. As percepções das famílias acerca do atendimento prestado pelo profissional de psicologia trouxeram uma série de pistas sobre como atuar de maneira afetivamente sustentável no território do CREAS.

O Caminho De Pesquisa Junto Aos Usuários

Adotando uma abordagem qualitativa, buscou-se acessar as percepções das famílias atendidas pela área de psicologia. Segundo Rey (2002), a pesquisa qualitativa é um processo e, por isso, produz conhecimento continuamente, revelando resultados que se integram constantemente com novas perguntas e trilhando novos caminhos com questões

que emergem no processo de produção do conhecimento. Buscando oferecer uma escuta aos usuários do serviço, a pesquisa voltou-se para seus discursos, saberes e sensibilidades que, muitas vezes, são sujeitados e desqualificados.

Para isso, adotou-se como estratégia o estudo de caso realizado no serviço CREAS localizado em uma cidade do interior do estado do Paraná. A investigação contou com uma parceria entre as pesquisadoras ligadas a uma Instituição de Ensino Superior (IES) e a instituição receptora que aceitou a proposta da pesquisa e abriu acesso tanto às famílias quanto aos profissionais atuantes nesse serviço. A escolha pela estratégia de estudo de caso permitiu a utilização de instrumentos distintos de coleta de dados, como a observação direta, a análise de documentos históricos sobre a instituição e as entrevistas. Para compor a unidade de análise foram definidos seis participantes selecionados a partir dos seguintes critérios: 1. Acumular no mínimo dois anos de acompanhamento pelo serviço, 2. Ter entrado em contato com os profissionais de psicologia durante os atendimentos, 3. Ser responsável por crianças e adolescentes referenciados no serviço.

As entrevistas ocorreram no período de agosto a novembro de 2020. Todos os participantes deram entrada no serviço após situações de violações envolvendo seus filhos, em função de violência física, sexual, negligência ou situação de rua. Algumas famílias participantes deste estudo receberam o acompanhamento por, no mínimo, dois anos e foram desligadas. Outras retornaram ao serviço após a reincidência de violação. E ainda, algumas famílias permaneceram em acompanhamento até o final da coleta dos dados. Ao todo foram realizadas entrevistas com cinco mulheres e um homem, de 21 a 72 anos. No momento da realização das entrevistas, as famílias declararam que estavam situadas em uma classe socioeconômica menos favorecida, sendo habitantes da periferia da cidade e, por sua vulnerabilidade econômica, recebiam auxílios financeiros do governo como complemento de renda.

As entrevistas foram realizadas o mais próximo possível de uma conversa informal, nas quais os participantes discorreriam sobre os temas propostos e eram convidados a abordar situações que considerassem relevantes na experiência relacional constituída no contexto do referido serviço. No decorrer das conversas, foram acrescentadas questões

auxiliares para elucidar as respostas, favorecendo assim a continuidade e a consistência das ideias apresentadas pelos participantes. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas mediante a autorização dos participantes pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os nomes dos participantes foram alterados para evitar sua identificação.

A análise dos dados coletados foi sistematizada em eixos que também nortearam as entrevistas. Neles, foram abordados o início dos atendimentos e a vinculação com os profissionais. Buscou-se, então, identificar os afetos e sentidos atribuídos pelos participantes ao trabalho da psicologia no CREAS, atentando para as nuances de suas percepções e da vinculação afetiva.

As Famílias Relatam Suas Percepções

Para situar a condição socioeconômica das famílias entrevistadas cabe primeiramente dizer que todas são vinculadas a programas de transferência de renda e recebem benefícios socioassistenciais, atentando a situação de precariedade de renda a que estão submetidas. Associadas às experiências de precarização, os participantes relatam

histórias familiares marcadas por conflitos conjugais, abandono, separações e maus tratos às crianças e adolescentes.

Os depoimentos sobre as primeiras vinculações com o serviço evidenciam a percepção de que o mesmo teria um caráter punitivo e coercitivo. Isso deixa entrever a imagem de que a família violadora seria também perigosa (Cavichioli, 2019; Dourado & Scisleski, 2019; Saraiva, 2016) e precisaria ser amplamente controlada em suas práticas cotidianas, conforme relata Laura: “A gente escuta: ‘Você vai perder seus filhos... Vai chegar lá e eles vão pegar seus filhos... Você vai ver, ainda mais que você já ficou no abrigo e foi para o CAM, já passou mil coisas’. Mais um problema que você tiver você perde seus filhos” (Laura, participante, 2020). Essa compreensão permeia as crenças das famílias que chegam ao serviço, esperando orientações coercitivas.

No cotidiano de trabalho do CREAS, a dimensão ética requerida dos profissionais para entrar em contato com a população atendida envolve a identificação das normas e crenças presentes na instituição, a implicação dos trabalhadores com os usuários e a análise crítica das prescrições que recaem sobre o acompanhamento ofertado. Com isso, o processo de vinculação com o serviço não

ocorre de uma forma rápida e linear. Em diferentes ocasiões, experimenta-se a “desestabilização dos técnicos” (Pereira Junior, 2014, p. 53), que são afetados pelo relato e se identificam com a gravidade da situação. Lorena, que foi referenciada no CREAS em dois momentos distintos, relata movimentos de aproximação e recuo na vinculação com o serviço. Quando questionada sobre os primeiros encontros com o serviço, relata: “Ah, eu fiquei meio assim, preocupada. Foi quando chegou a carta (intimação pelo oficial de justiça). Perguntei para o meu companheiro o que ele tinha feito, ele falou: ‘Ah não fiz nada’. Aí chegou o papel. A gente ficou assustado porque não sabia de nada. Achei que eu ia ficar longe da minha filha (Lorena, participante, 2020).

O clima de desconfiança e receio gerado pelos procedimentos jurídicos desencadeia nas famílias uma reação de medo perante os possíveis desdobramentos punitivos. Superar essa desconfiança, construindo um vínculo de acolhida, acaba sendo o principal trabalho dos profissionais do CREAS. Uma vez realizados os atendimentos iniciais, nos quais são esclarecidos os objetivos do serviço e superadas as expectativas negativas que destoam das competências do CREAS 3, cabe dar um passo adiante

na vinculação: construir um território afetivo de acolhida, sustentação e compreensão da experiência dos usuários, seja quais forem os conteúdos emergentes a serem elaborados. É o que aparece no depoimento de Valter quando ele relata sua preocupação em relação aos procedimentos jurídicos, especialmente diante das acusações advindas da sua ex-companheira: “Eu achava assim... Que eu vinha aqui porque era obrigação, eu tinha que vir como pai aqui. Aconteça o que acontecer, preso ou não preso eu tinha que vir. Tinha medo de ser preso por causa de mentiras [contadas pela mãe dos filhos] (Valter, participante, 2020).

Com o passar do tempo vinculado aos atendimentos, os usuários tendem a construir uma compreensão maior dos objetivos do serviço e a função de cada um dos profissionais nos atendimentos. Alguns relatos demonstram que a intervenção moral, marcada por julgamentos, é superada nos atendimentos do CREAS. Fernanda identifica e descreve seu receio inicial com o CREAS. Diante da expectativa de ser recebida com um julgamento moral e com a confusão de papéis acerca da averiguação de situação de risco, ela relata como o serviço ajudou a esclarecer seus objetivos e como ela

mudou sua postura no decorrer dos atendimentos:

Ajudou... Eu era uma pessoa muito estressada, ainda sou mais ou menos. Porque hoje eu acho que eu mudei bastante. Porque, se você me conhecesse naquela época, se eu não fosse com sua cara eu nem entrava aqui... Eu falei ‘agora eu vou ter que engolir, mas eu não vou aguentar’. Aí, a assistente social falou: ‘Fernanda, nós somos assim e assim’. E começou a explicar, né... ‘Não é que você tá batendo nas crianças, é uma suspeita. Suspeita é uma coisa, provar é outra, entendeu?’ (Fernanda, participante, 2020).

Sobre a superação da sua expectativa inicial de moralização, Fernanda ainda complementa: “Porque, desde que eu cheguei aqui, nunca ninguém apontou o dedo ou jogou na minha cara, dizendo: ‘Você é culpada, você não tem vergonha na tua cara’ Porque na (minha) família é assim... De dizer que você não tem vergonha na cara” (Fernanda, participante, 2020).

Lucimara também destacou o aspecto de acolhida e continuidade dos atendimentos ao declarar não ter se sentido julgada no decorrer do acompanhamento,

contrariando sua desconfiança inicial sobre o papel dos profissionais:

Quando que eu cheguei aqui e eu falei alguma coisa para você que você me criticou? Que você, tipo assim, nunca brigou comigo... Não. Você só sabia me orientar, abrir a minha visão para as coisas boas, entendeu? Por causa das crianças, por causa de mim mesmo... Sempre foi me orientando para saber o que é melhor para mim e para os meus filhos (Lucimara, participante, 2020).

Os usuários mostram-se sensíveis a esse primeiro momento, deixando entrever a relevância de se adotar uma postura acolhedora com uma escuta qualificada a fim de compreender a experiência relatada sob a perspectiva de quem a vive. Vale ainda dizer que, por meio das observações, registros de campo e conversas informais realizadas durante a pesquisa, os usuários mostraram dificuldade de sair da situação de violação sem acolher as ofertas de intervenção que o CREAS 3 e outros serviços da rede lhe dispõem. Assim, “a postura acolhedora, de respeito à dignidade e não discriminação deve permear todo o trabalho social desenvolvido no CREAS, desde os momentos iniciais até o desligamento das famílias e indivíduos”

(MDS, 2011, p. 59). Sobre essa dificuldade, Valter relata:

Muitas coisas foram difíceis. (...) Ter que vir aqui sempre, sempre perdendo tempo vindo aqui e chegar aqui, a coisa era contra eu. Eu sentia assim, puxa vida, elas (profissionais) não têm culpa, né. A culpa tava na mulher que vinha mentir, entendeu? Mentia sobre eu e falava para as meninas aqui, tudo mentira. (...) Mas, eu tinha para mim que Deus sabe a verdade (Valter, participante, 2020).

As normativas do CREAS afirmam o papel da equipe em oferecer “apoio, orientação e acompanhamento de famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos” (CNAS, 2009, p. 27). Pode-se perceber nas falas dos participantes que, após a construção de uma vinculação afetiva nos atendimentos, puderam reconhecer a relevância desse suporte recebido. Isso aparece no relato de Zélia, que diz ter encontrado: “Apoio. Me senti mais confiante, mais calma e com coragem para enfrentar muita coisa. Apoio para enfrentar os problemas. Foi muita coisa, me senti mais encorajada, né” (Zélia, participante, 2020).

O esclarecimento contínuo acerca dos objetivos do CREAS pode repercutir na aproximação e na percepção do serviço como uma sustentação e apoio para atravessar momentos mais difíceis. Fernanda destaca como os atendimentos a impactaram: “A facilidade é que eu tive apoio, né. Apoio emocional, eu recebi um apoio muito bem. E não é tudo o que as pessoas falam... Eu mudei bastante, eu tive bastante apoio emocional aqui” (Fernanda, participante, 2020).

Diante de dificuldades concretas apresentadas pelas famílias acompanhadas pelas políticas de assistência social (como, por exemplo, situação de pobreza, violência doméstica, vínculos familiares rompidos, desemprego, bem como falta de acesso à saúde, educação e habitação), a maioria dos usuários encaminhados ao CREAS já está inserida nos atendimentos da rede socioassistencial. Por isso mesmo, de acordo com o CFP, é relevante:

compreender a demanda dos usuários, em seus aspectos históricos, sociais, pessoais e contextuais, para se realizar uma intervenção psicológica mais efetiva e resolutiva, com base na demanda planejada (construída pelo diálogo entre o saber do técnico e da população referenciada), e não

só na demanda espontânea (CFP, 2007, p. 19).

Laura descreve como experimentou os atendimentos depois dos primeiros encontros, destacando que seu desafio:

Foi aprender a desabafar. Foi o jeito, acho, da psicóloga conversar comigo. Eu fui tendo confiança nela e fui falando o que se passou. Tava perdida de tudo. Aí, através da psicóloga, eu fui entendendo... Aprender a ouvir, ter mais paciência em tudo. Me sinto mais segura, eu e as crianças. Hoje mesmo tem coisas que eu consigo perceber em mim mesma, nos meus filhos. Aí eu já fico alerta... Consegui através da psicologia... (Laura, participante, 2020).

Aos profissionais de psicologia fica colocado o desafio de tecer a relação com o usuário e se aproximar afetivamente do seu território. Considerando o acompanhamento de famílias em situações de vulnerabilidade que têm seus direitos sociais violados, a análise das relações pessoais e dos territórios possibilita compreender os contextos social, afetivo, histórico, econômico, político e cultural em que está imersa a população atendida. Nesse sentido, a prevalência de situações de vulnerabilidade no país encontra-se

majoritariamente localizada em regiões periféricas que possuem altas taxas de pobreza, desigualdade social, exclusão e características étnico-raciais predominantes. Tal situação evidencia que a vulnerabilidade social tende a ser territorializada (CFP, 2012; Filgueiras, 2014), incidindo de maneiras diferentes sobre os indivíduos.

Obviamente, essa marcação territorial não é uma responsabilidade a ser atribuída às famílias, já bastante atingidas pelo sofrimento advindo de sua condição social. Trata-se, ao contrário, de tomar em análise o longo processo histórico que definiu as fronteiras das cidades como espaço a ser ocupado por cidadãos cuja existência é marcada pela pobreza e, em muitos casos, pela população negra. Tais cidadãos são histórica e geograficamente expostos a graves processos de exclusão fomentados por agentes que defendem uma organização neoliberal de modo inquestionável e, por isso mesmo, com contornos violentos. Esta organização simplesmente os retira do espaço central das cidades minimizando, desse modo, a visibilidade dos efeitos socialmente devastadores do capitalismo em curso. Santos (2012) alerta:

Os pobres não parecem ter sido objeto de preocupação dos

economistas espaciais. Se a pobreza tem sido frequentemente estudada por geógrafos, sociólogos, antropólogos etc., a economia, salvo exceções honrosas, parece poder passar sem esse incômodo, o que reduz a possibilidade de compreender a realidade total da qual os pobres são parte integrante, em maior número, aliás (p. 47).

Conhecer as diferentes configurações do espaço urbano e os modos de vida de seus habitantes possibilita desenvolver um saber situado e traçar uma confiança mútua, além de operar estratégias para minimização de barreiras que impedem a análise de situações limítrofes, oferecendo uma escuta qualificada e adotando uma postura acessível. Trata-se, assim, de:

aprender a reconhecer o sofrimento psíquico não somente como demanda de psicoterapia, mas o exercício e o desafio que se coloca para a psicologia na Assistência Social é justamente o de construir outras respostas que considerem as características do território de origem do usuário e que possam incidir na melhoria das condições de vida (CFP, 2012, p. 50).

Sobre o papel da psicologia, Laura complementa o relato de sua experiência nos atendimentos, quando diz: “Ah, o que me marcou foi tipo o negócio da depressão. Eu tinha pensamento de me matar. Hoje em dia, quando me vem, eu lembro da psicóloga falando... Eu vou focar, porque é isso que tá me ajudando muito, muito” (Laura, participante, 2020). Os profissionais sensíveis aos relatos dos usuários criam condições para ofertar um acompanhamento mais próximo, se colocando ao lado das famílias como uma espécie de companhia (Saraiva, 2018). Isso deixa entrever o quanto sustentar afetivamente o relato das experiências pode promover a horizontalidade nas relações. Barreto (2011) assinala como o corpo do trabalhador é afetado nessa abertura para acolher o outro. Ainda mais quando os usuários estão expostos e fragilizados:

O que é escutar a subjetividade de uma pessoa em situação de vulnerabilidade social? É colocar-se disponível, ouvir suas palavras, observar os seus gestos e expressões, ver o seu corpo, as marcas da vida, penetrar em seus olhos e doar-se para o encontro, permitir-se sentir pelo outro o que não foi lhe permitido nomear com

clareza, compartilhar das dores, sofrimentos e conquistas da caminhada (p. 413).

A sensibilidade para o encontro, experimentada tanto pelo usuário quanto pelo profissional, permite tecer nessa relação uma vinculação afetiva potencializadora. A abertura para essa experiência dá acesso a sensações de segurança, prazer, alegria, cuidado e potência (Barreto, 2011). Por meio delas é possível adentrar em territórios mais entristecidos e violentos que marcam essas famílias. Todavia, isso ocorre apenas após a superação do medo e do receio de que os profissionais da instituição adotem uma postura de vigilância e punição, conforme relatado por Lucimara:

Depois que a gente conversou, que eu falei com você e você explicou para mim que não era assim, tirando e levando para o conselho, que primeiro tinha que conversar e explicar né, para depois mandar para lá... Não era assim: chegar tirando e levando... Eu só desconfiei nos dois primeiros dias. Depois que eu peguei confiança em vocês, que eu vi que não era aquilo que eu tava imaginado, que vocês estavam só ali para me ajudar, foi

onde eu comecei a me abrir (Lucimara, participante, 2020).

Confirmando essa superação em direção à confiança, Zélia descreve os benefícios encontrados no serviço e conta como se sentia apoiada através de uma relação de afeto que foi construída com todos os profissionais do CREAS:

E a facilidade é que tinha tudo no jeito ali né, para gente se sentir à vontade. Dava passe (vale transporte), até lanche tinha ali. Tratava muito bem a gente ali... Me sentia acolhida, bem acolhida, bem amada. Era a facilidade, a gente se sentia até amada por todos eles ali... Tratavam com carinho, isso aí faz a diferença (Zélia, participante, 2020).

Os depoimentos até aqui apresentados evidenciam a importância do estabelecimento de vínculo afetivo entre usuários da política de assistência social e a equipe do CREAS, o qual tem entre seus objetivos o fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Nesse cenário, a psicologia, por atuar na produção de práticas que operam compondo, recompondo ou criando versões de vínculo (Rodrigues & Guareschi, 2019) tem muito a contribuir na promoção do bem-estar das famílias. De acordo com pesquisa realizada

por Silva e colaboradores (2018) acerca do processo de vinculação dos usuários a uma equipe de CRAS, nota-se que, “diante de um trabalho no qual o objetivo é fortalecer vínculos, vincular-se é algo indispensável” (p.126). Neste sentido:

podemos situar o vínculo como um objeto estratégico, um ator que ao estabelecer uma conexão entre duas redes distintas de práticas – a rede que constitui a Psicologia e a rede da Assistência Social – permite aos profissionais da Psicologia um ponto de ancoragem no âmbito da proteção social (Rodrigues, 2017, p. 40).

Laura também relata a importância das relações experienciadas no cotidiano do serviço, reconhecendo o acolhimento em gestos simples que, em sua percepção, iam: “Desde o atendimento, o jeito, o abraço, carinho, né. Às vezes a gente precisa só de um abraço e a gente não consegue lá fora. Aí chega aqui para conversar, aí já ganha um sorriso, um abraço” (Laura, participante, 2020). O atendimento ofertado pelo profissional que reconhece o usuário enquanto um sujeito de direitos, autônomo e que pode ser afetado por pequenos gestos e manifestações de respeito e cuidado, conforme relatado por Laura, contribui

para acolhida de um corpo tão exposto a violências diversas.

Os depoimentos mostram que os encontros do trabalhador com o usuário da política assistencial podem ser atravessados por manifestações de carinho e confiança, mas também por resistências, frustrações, medo e distanciamento. Tais manifestações reverberam no corpo afetivo do profissional, que tem como desafio colocar em cena a sensibilidade, a acolhida, os gestos e as palavras para sustentar a experiência relatada com suas variações de potência e afetos.

Considerações Finais

Ao profissional de psicologia que acompanha famílias inseridas em políticas de Assistência Social são colocadas as demandas por um constante repensar e criar práticas que valorizem os saberes e experiências dessa população (CFP, 2012, 2016; Filgueiras, 2014; Hüning, Cabral & Ribeiro, 2018). Para atender tais demandas, torna-se relevante considerar as dimensões subjetiva e valorativa das famílias atendidas, buscando ampliar as possibilidades de escuta, contato, afeto, vínculo e confiança. Tal abertura, em larga medida, evitaria a imposição de valores preestabelecidos, a tendência a detectar e

reproduzir modelos classificatórios bem como a mera vigilância sobre as práticas cotidianas das famílias.

Apesar dos avanços na inserção dos psicólogos no SUAS, consideramos que a área ainda carece de estudos sobre a percepção das famílias em relação ao acompanhamento nos serviços. Com esta pesquisa, parte dessa carência pode ser elucidada, uma vez que os usuários admitem seu receio inicial com o serviço, mas valorizam a relação de vínculo com os profissionais do serviço. Daí, em nosso entendimento, a importância de criar cotidianamente uma sustentabilidade afetiva capaz de acolher os afetos díspares e as experiências fronteiriças que emergem nesse encontro.

Nesse processo, as famílias que, em suas trajetórias de vida, não receberam de outras instituições uma atenção baseada no vínculo afetivo, puderam acessar no contato com o CREAS outros laços e outros encontros. Chama à atenção as maneiras utilizadas pelos participantes de descrever e qualificar os atendimentos, falando de amizade, carinho, amor e confiança. Isso permite dizer que, em alguma medida, após os primeiros encontros mais defendidos, depositam-se nos técnicos algumas expectativas que extrapolam o relacionamento profissional.

Os afetos, marcados tanto pelo distanciamento quanto pela aproximação das diferenças, não são vivenciados de maneira unilateral. Afinal, os impactos dessas experiências afetivas díspares no cotidiano incidem diretamente sobre o corpo do profissional do SUAS. Sendo assim, as descrições dos participantes levam a questionar a saúde e bem-estar do trabalhador para atuar em situações que exigem sua potência de afetar e ser afetado: o corpo do profissional tem abertura e sensibilidade para acolher esses afetos díspares? E ainda: sustentar um corpo potente para o vínculo com usuários tem sido possível diante da precarização crescente das condições de trabalho? É possível investir na vinculação afetiva diante da sobrecarga de número de famílias acompanhadas, bem como das diversas solicitações, por vezes equivocadas e intimidadoras do sistema judiciário? E ainda, como fica a potência afetiva desse profissional diante das pressões da gestão sobre o futuro das famílias acompanhadas?

Um contexto laboral atento à saúde mental e bem-estar do profissional foi uma preocupação histórica constante na psicologia social. Os profissionais da psicologia na Assistência Social, apesar de toda trajetória já trilhada, ainda enfrentam dificuldades com intervenções

parcialmente indefinidas, uma vez que nos documentos normativos há escassas descrições sobre suas atribuições. Ao mesmo tempo, parte da história da psicologia destinou-se a classificar, normatizar ou patologizar indivíduos. Essa abordagem ainda se faz presente nas políticas públicas de garantia de direitos à população em desproteção social. Repensar tais práticas, sustentando afetivamente tanto a experiência das famílias quanto dos profissionais requer um olhar histórico, mas também geográfico e afetivo, sobre como os psicólogos se relacionam com os gestores governamentais e os supervisores dos serviços.

Identificar e problematizar as lacunas que se abrem para construir uma sustentabilidade afetiva nos diferentes espaços urbanos implica, além do já exposto, considerar as dimensões econômicas, raciais e de gênero que marcam os usuários da Assistência Social. A abertura para uma análise pluralizada e multifacetada é urgente para avançar nas políticas públicas de assistência em nosso país, uma vez que as desigualdades são marcantes e assolam de modo extremo o momento político em que vivemos. Em alguma medida, os depoimentos cooperaram para mostrar a relevância da

sensibilidade e da acolhida no trabalho dos profissionais de psicologia. Isso remete a outra tarefa: conquistar, junto aos gestores, o reconhecimento e a valorização tanto das famílias quanto dos profissionais que as acolhem.

Referências

- Barreto, A. F. (2011). Sobre a dor e a delícia da atuação psicológica no SUAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 406-419. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200015>
- Cavichioli, R. S. (2019). *Duas famílias, duas leis*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63437/R%20-%20T%20-%20RAFAEL%20DE%20SAMPAIO%20CAVICHIOI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Carvalho, M. C. B. (2008). Família e políticas públicas. In A. R. Acosta, M & A. Vitale (Org.). *Família: Redes, laços e políticas públicas* (pp. 67-274). São Paulo, Brasil: Cortez/Instituto de Estudos Especiais.
- Conselho Federal de Psicologia, CREPOP. (2007). *Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Refer%C3%A0ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logas-no-CRAS-SUAS.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia, CREPOP. (2012). *Referências técnicas para prática de psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*. Recuperado de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CREPOP-CREAS .pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CREPOP-CREAS.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia, CONPAS. (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação das e dos profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>
- Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. (2004). *Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004*. Política Nacional de Assistência Social. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. F. (2012). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In L. R. Cruz, & N. M. F. Guareschi (Orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo*

- com as práticas psicológicas. (pp. 13-40) Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Dourado, A. G., & Scisleski, A. (2019). A psicologia e a produção de perigo no SUAS; caminhos perigosos? In L. Cruz, N. Guareschi, & B. M. Batistelli (Orgs.) *Psicologia e assistência social: Encontros possíveis no contemporâneo* (pp. 88-102). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.
- Filgueiras, C. A. C. (2014). Os territórios no SUAS. In R. C. Romagnoli, & M. I. C. Moreira (Orgs.). *O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: A articulação entre a psicologia e o serviço social, seus desafios e perspectivas* (pp. 85-98). Curitiba, Brasil: CRV.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Hüning, S. M., Cabral, R. J., & Ribeiro, M. A. T. (2018). Nas margens: Psicologia, política de assistência social e territorialidades. *Revista Polis e Psique*, 8(3), 52-69. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.86108>
- Mansano, S. R. V. (2016). A respeito do conceito de potência na prática clínica: Leituras deleuzianas. *Revista Psicologia Argumento*, 34(84), 29-38. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.34.084.AO03>
- Mansano, S. R. V. (2020). Articulações entre sustentabilidade afetiva e noções comuns: Primeiros traçados. *Revista de Psicologia da UNESP*, 19(1), 1-14. <http://dx.doi.org/10.5935/1984-9044.20200001>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. (2011). *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS*. Recuperado de <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>
- Mioto, R. C. T. (2010). Família, trabalho com famílias e serviço social. *Serviço Social em Revista*, 12(2), 163-176. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2010v12n2p163>
- Nery, V. B., & Gomes, M. R. C. S. (2013). CREAS: Da identidade atribuída à identidade construída. *Gestão Social: Revista do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social*. (pp.18- 27). FONSEAS. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivo/publicacao/assistencia_social/Revista/Revista-FONSEAS-GESTAO SOCIAL edicao2.pdf
- Pereira Junior, M. G. (2014). *A atuação da psicologia no SUAS: Um enfoque no CREAS, em seus desafios e potencialidades*. Curitiba, Brasil: CRV.

- Rey, L. F. G. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo, Brasil: Pioneira Thomson Learning.
- Rodrigues, L., & Guareschi, N. M. F. (2019). O vínculo familiar e comunitário como operador que conecta a psicologia e a política de assistência social. In L. Cruz, N. Guareschi, & B. M. Batistelli, B.M. (Orgs.). *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo* (pp.52-65). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Rodrigues, L. (2017). *As performances do vínculo na Política de Assistência Social: um objeto múltiplo*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165860/001046254.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Romagnoli, R. C., & Fadul, F. M. (2018). Apontamentos acerca da intersetorialidade do SUAS. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza. (Orgs.). *Psicologia na assistência social: Um campo de saberes e práticas* (pp. 81-95). São Paulo: Psicologia, USP. <https://doi.org/10.11606/9788586736803>
- Romeu, A. P. S., Elias, A. N. S., & Silva, E. G. P. O. (2014). A atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas). In B. R. Santos, I. B. Gonçalves, & G. Vasconcelos (Orgs.). *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual*. Brasília, DF: EdUCB. Recuperado de <https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf>
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editora.
- Saraiva, L. F. O. (2016). A familiarização da assistência social: promoção de direitos e gestão da vida no encontro das vulnerabilidades, (des)proteção e periculosidade. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-16082016-102659/pt-br.php>
- Santos, M. (2012). *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Edusp.
- Saraiva, L. F. O. (2018). Em companhia de uma família: encontros, laços e um choro possível. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.). *Psicologia na assistência social: Um campo de saberes e práticas* (pp.209-224). São Paulo: Psicologia, USP. <http://doi.org/10.11606/9788586736803>
- Silva, A., M., Tavares, G., & Gomes Pereira, J. (2019). Vinculação e Trabalho na Assistência Social: vivenciando um CRAS. *Revista Polis e Psique*, 8(3), 111 - 128. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.86304>

Kathia Regina Galdino de Godoy.
Universidade Estadual de Londrina.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7310-495X>

E-mail: kathiagodoy2019@uel.br

Sonia Regina Vargas Mansano.
Universidade Estadual de Londrina.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4406-8803>

E-mail: mansano@uel.br

Submetido em: 22/02/2021

1ª Rodada: 24/02/2021

2ª Rodada: 24/05/2021

3ª Rodada: 19/04/2023

Aceito em: 05/08/2023

Contribuição dos(as) autores(as)

Conceitualização: K.R G.G.; S.R.V.M.

Redação do manuscrito: K.R G.G.;

S.R.V.M

Análise dos dados: K.R G.G.; S.R.V.M

Revisão e edição: K.R G.G.; S.R.V.M